

Professores, funcionários, estudantes aprovam:

PELA REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 03/2023!

Reunidos em duas assembleias no dia 29/08, na Prainha do campus Monte Alegre, professores, funcionários e estudantes foram unânimes no repúdio à deliberação 03/2023 do Conselho de Administração, Consad.

Pela manhã o professor João Batista Teixeira, presidente da APROPUC, iniciou os trabalhos relatando os ataques que a Fundasp tem feito nos últimos anos às condições de ensino e trabalho docente na universidade.

Segundo o professor, em setembro de 2022, a Fundasp deixou de pagar os professores na razão de 5 semanas letivas, passando a adotar o pagamento de 4,5 semanas. Com a reação da comunidade foi intermediado um acordo judicial que fez com que os professores em atividade voltassem a receber sobre 5 semanas. Porém, foi determinado que os professores contratados a partir de janeiro de 2023 passariam a receber sobre 4,5 semanas.

Ao final de 2022, a Fundasp surpreende novamente os professores divulgando novas diretrizes contratuais para 2023, obrigando-os a aumen-

tar a carga horária para escaparem do famigerado FTD, Fator de Trabalho Docente.

Novamente a APROPUC e os professores se mobilizaram e conseguiram reverter a situação dos docentes em atividade, com a Fundasp mantendo para 2023 os mesmos parâmetros vigentes em 2022. Porém a Fundasp editou a deliberação 03/2023 que instituiu parâmetros para a contratação de novos docentes a partir de uma tabela que, em alguns casos, reduz o salário do novo professor em até 50% dos valores praticados anteriormente.

A professora Elaine Trindade, vice-presidente da APROPUC, também lembrou que a degradação das condições de trabalho na PUC-SP não é um fato recente, mas desde 2006 a Fundasp vem sucateando o dia a dia dos docentes. O chamado represamento faz com que uma quantidade considerável de professores permaneça em categorias inferiores àquelas que realmente ele se situa. Não são raros os casos de docentes que estão há dez ou quinze anos com titulação

Continua na página seguinte



Fotos Sthefane Mattos



Alguns momentos das assembleias: acima o público na Prainha; ao centro os presidentes da APROPUC e AFAPUC, João Batista Teixeira e Maria Helena Soares Borges; abaixo a vice presidente da APROPUC Elaine Trindade e a professora de Serviço Social Bia Abramides.

Continuação da página anterior

inferior àquela que ele possui, o que impede-o de receber os vencimentos a que realmente tem direito ou participar de congressos internacionais. Enquanto isso a PUC-SP consegue altas notas nos rankings do MEC apresentando a titulação real do professor e não aquela que consta em sua carteira profissional.

Funcionários

A presidente da AFAPUC Maria Helena Soares Borges leu um manifesto da associação que relatava as condições de trabalho dos funcionários administrativos da universidade. Segundo a funcionária, “a manutenção da Deliberação 03/2023 que modificou as normas contratuais para contratação de novos docentes também é um retrocesso pois precariza ainda mais as relações de trabalho e traz sérias consequências para o processo de ensino-aprendizagem”. Para ela, “O corpo administrativo enfrenta a falta de clareza em relação à política da Universidade quanto ao seu plano de cargos e salários; sofre com a falta de investimento na infraestrutura dos setores onde até o mobiliário está obsoleto; está sobrecarregado pois a maioria dos setores trabalham com número abaixo do mínimo necessário de funcionários e tem vivenciado a constante redução dos benefícios previstos no seu acordo interno de trabalho ao longo dos anos”. Veja a íntegra da manifestação da presidenta da AFAPUC na página 3.

Estudantes e precarização

Os estudantes que se manifestaram durante a assembleia levantaram uma série de precariedades que atingem o corpo

ELABORADO PELO COLETIVO DE DISCENTES_PPG/SESO PUCSP

VOCÊ SABIA?

Que após 3 meses das Ações Afirmativas, a Fundasp deliberou um documento:

Deliberação 03/2023 do Consad

que ataca radicalmente as condições de trabalho dos professores?

ESSA LUTA É NOSSA!

#REVOGA032023



Card elaborado pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social

discente como um todo. As situações críticas vão desde o chamado ensalamento, com turmas além de sua capacidade normal, até a precariedade de condições acadêmicas nas salas de aula, muitas vezes improvisadas. Os estudantes sofrem com o corte de bolsas de estudo, e o fechamento de cursos de pós-graduação.

As lideranças estudantis encaminham como solução a médio prazo, uma greve geral da universidade, que hoje vive uma situação típica do modelo neoliberal de ensino, com mensalidades exorbitantes e cortes em estruturas básicas como um xerox. Também foi lembrado que o preço do bandeirão, que deveria ser subsidiado pela mantenedora, hoje se equipara ao preço de mercado.

Censura e abaixo assinado

Também foi muito criticada a censura ao jornal PUCviva que, ao noticiar na edição 1199 a deliberação 03/2023, lembrou que os maiores prejudicados com a redução nos contratos serão os pretos e pardos, que seriam beneficia-

dos pela política de cotas afirmativas recém aprovada pelo Consun.

A Fundasp entendeu, de maneira equivocada, que o jornal acusava a mantenedora de crime de racismo, e exige que o jornal retire sua publicação da Internet, ou retire os trechos relativos à propalada acusação.

Também foi aprovada nas assembleias a adesão ao abaixo-assinado que está circulando pela Internet e que pede a

IMEDIATA REVOGAÇÃO da Deliberação 03/2023, pelos efeitos que provocarão no ensino e no projeto de universidade. O texto afirma que “A lógica que rege a deliberação do CONSAD 03/2023 é de hora aula disfarçada. Atualmente, a participação dos/as docentes em reuniões, comissões e grupos de trabalho e projetos de pesquisa tem por maioria professores(as) mais antigos(as) e brancos(as), enquanto professores(as) recém-contratados(as) sob a nova deliberação poderão ser aliçados dessa participação e de tomada de decisões, comprometendo a cidadania acadêmica e o modelo democrático e inclusivo pelos quais lutamos na PUC-SP”. O texto para a assinatura encontra-se no endereço <https://chng.it/7rxHHpwX>

Na assembleia da noite a professora Bia Abramides, coordenadora do Programa de Pós em Serviço Social condenou a precarização imposta aos novos docentes pela mantenedora e informou sobre a repercussão da situação da PUC-SP, que já está sendo tema de diversas manifestações como a da ABEPSS e do CFESS, que divulgamos nesta edição.

Deliberações das Assembleias dos 3 setores

- Pela revogação da Deliberação 03/2023;
- Repúdio à criminalização da APROPUC e AFAPUC pela publicação do jornal PUCviva 1199;
- Prosseguimento das mobilizações contra a deliberação 03/2023 com novos atos a serem convocados no início de setembro;
- Abaixo-assinado de caráter nacional em favor da revogação da Deliberação 03/2023 do Consad. ;
- Prosseguimento do debate interno sobre as medidas da Fundasp procurando o envolvimento de outros movimentos populares, incluindo movimentos negros, divulgação nos meios de comunicação;
- Apoio à luta dos funcionários por reivindicações como a de cargos e salários;

Manifestação da AFAPUC na assembleia dos 3 setores

Em primeiro lugar expressamos publicamente o agradecimento da AFAPUC, representante do corpo administrativo, quanto ao apoio recebido no enfrentamento da mudança intempestiva por parte da FUN-DASP na interpretação do texto da cláusula do acordo interno que regulamenta a concessão de bolsas de estudo para dependentes, mudança esta que cercava a concessão de bolsas. Sua reversão só foi possível devido a mobilização da categoria, pelo apoio recebido desta comunidade e de entidades externas a ela. Fazer parte da PUC-SP sempre foi um orgulho. Uma Universidade plural, que tem sua história marcada pela resistência e luta. Esta assembleia só vem comprovar tudo isso, sempre estamos prontos pra lutar!!! Esta comunidade está viva, atenta e sempre mobilizada para defender a democracia, a liberdade de expressão, o respeito e os interesses em comum dos três segmentos!!!!!! Vivemos atualmente, e com esperança em dias ainda melhores, um movimento político externo

de reconstrução e resgate de tudo que foi destruído nos últimos anos devido à desgovernança a que foi submetido nosso país. A recuperação da estabilidade econômica, do emprego, do acesso a saúde e à educação são pautas presentes. O desemprego vem caindo, reformas estão sendo implementadas na economia, os programas federais de acesso à educação (Prouni, Fies e SisU) já tiveram seu calendário antecipado, o que demonstra o respeito pelo estudante, a importância da educação e a isonomia quanto ao direito de todos ao acesso a sala de aula. Celebramos o resgate da democracia com o resultado das últimas eleições e estamos aqui novamente brigando por ela internamente. Na publicação da matéria no PUC VIVA que utilizou o termo apartheid, embora já tenhamos registrado por escrito, em resposta à primeira notificação extrajudicial recebida pelas Associações, que a intenção não foi a de difamar a Universidade e sua Mantenedora, mas sim dar conhecimento da analogia contraditória que passou a ser adotada inter-

amente com a publicação pelo CONSAD das Deliberações que instituem a ação afirmativa na contratação de docentes, seguida por outra que define política salarial diferenciada para novas contratações, recebemos novo documento extrajudicial indicando a inibição ao acesso ao referido exemplar do jornal. Não podemos aceitar tal atitude que fere os princípios democráticos, a liberdade de imprensa e de expressão que estão garantidos pela legislação vigente.

O Direito de resposta também é garantido e será respeitado se solicitado, contudo, a retirada da publicação seria um retrocesso à democracia. Do mesmo modo, a manutenção da Deliberação 03/2023 que modificou as normas contratuais para contratação de novos docentes também é um retrocesso pois precariza ainda mais as relações de trabalho e traz sérias consequências para o processo de ensino-aprendizagem. O corpo administrativo enfrenta a falta de clareza em relação à política da Universidade quanto ao seu plano

de cargos e salários; sofre com a falta de investimento na infraestrutura dos setores onde até o mobiliário está obsoleto; está sobrecarregado pois a maioria dos setores trabalham com número abaixo do mínimo necessário de funcionários e tem vivenciado a constante redução dos benefícios previstos no seu acordo interno de trabalho ao longo dos anos. Por este motivo que temos reunião agendada com a Fundasp para a próxima quinta-feira para continuarmos as negociações em relação as demais pautas levantadas pela categoria que são: 1) Revogação do Ato 09/2023, que faz injustificada distinção entre funcionários, e a manutenção do Acordo Interno como documento aplicável a todos; 2) melhores equipamentos e condições de trabalho; 3) transparência do Plano de Cargos e Salários, Estamos aqui para começar a pensar que Universidade queremos e juntos traçarmos ações para lutar por ela, precisamos nos unir para garantir que nossa Universidade volte a ser de fato a PUC-SP que sempre conhecemos. Juntos sempre somos mais fortes!!!!!!



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt, Jason T. Borba, Pedro Henrique Carneiro, Maria Helena Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

Nota da ABEPSS em relação à Deliberação 03/2023

Decisão agrava sobremaneira a precarização das condições de trabalho de professoras/es

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) vem manifestar-se, veementemente, contrária à Deliberação 03/2023, do Conselho de Administração da PUC-SP (Consad), a qual agrava sobremaneira a precarização das condições de trabalho de professoras/es, para os novos contratos, além de ferir brutalmente a isonomia da carreira docente na instituição o rebaixamento dos salários das/os novas/os professoras/es (em relação com os contratos antigos) e a intensificação do trabalho são algumas das consequências mais imediatas a serem sentidas pelos docentes.

Chama a atenção o fato de que tal medida tenha sido adotada após a Universidade instituir uma Política de Ação Afirmativa, voltada à contratação de 37% de negros e negras na composição de seu quadro docente, o que acaba por aprofundar as históricas desigualdades étnico-raciais, com a submissão de trabalhadoras e trabalhadores negros às piores e mais aviltantes condições de trabalho.

Para o Serviço Social brasileiro, a formação ofertada pela PUC-SP, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, constitui uma referência de qualidade e excelência, construída pela competência e dedicação de

seus quadros, conquistada duramente e que se coloca ameaçada pelas atuais medidas adotadas pela mantenedora da instituição.

A ABEPSS, fortemente empenhada na construção de uma formação anti-racista, presta sua irrestrita solidariedade às/aos colegas da Graduação em Serviço Social, do Programa de Pós-graduação da PUC-SP e de todo o conjunto da universidade, ao tempo que irmana-se na luta em oposição à DELIBERAÇÃO 03/2023 e demanda da Fundação São Paulo (mantenedora da PUC - SP) a revogação imediata da mesma.

Diretoria da ABEPSS
29 de agosto de 2023

Conselho Regional de Serviço Social crítica deliberação 03/2023

O Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo 9ª região vem através desta nota se posicionar em relação à resolução 03/CONSAD/2023 da PUC-SP. Essa determinação possui potencial de aprofundar a precarização do trabalho das(os) novas(os) docentes contratadas(os) a partir de julho/2023, com a diminuição de salários. Ocorre que em abril de 2023 a PUC-SP após lutas e resistências da comunidade acadêmica e movimentos sociais a Universidade reconheceu a importância de ações afirmativas para a contratação de professoras(es) negras(os), três meses depois quando o Programa de Pós Graduação em Serviço Social realiza um processo seletivo e contrata uma professora negra, esta contratação já está sob a égide desta nova legislação. Para Najila Thomaz de Souza, diretora do CRESS SP e estudante do curso de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP “esta resolução é gravíssima, pois retira direitos trabalhistas, além de ferir a isonomia entre as(os) docentes da Universidade. Nos causa estranheza a publicação ser realizada no momento de contratação de professoras(es) negras(os)”. O CRESS SP se SOLIDARIZA com a luta de estudantes e docentes da PUC-SP e se coloca em movimento na defesa da formação profissional com qualidade, sem redução dos direitos trabalhistas e recomenda a revisão ou revogação a resolução 03/CONSAD/2023 da PUC-SP

Posicionamento do Programa de Pós em Psicologia Clínica

À Coordenação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social

Em nome do colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica venho expressar publicamente nosso apoio à manifestação

do Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela revogação da Deliberação do CONSAD no. 03/2023.

Consideramos que os termos utilizados não poderiam melhor expressar nossa posição a respeito dos rumos que nossa Universidade

poderá tomar sob tal circunstância.

Atenciosamente

Rosane Mantilla de Souza
Coordenadora -Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica

Abaixo assinado pela revogação da deliberação 03/2023

Professor, funcionário, estudante, assine o texto através do link

<https://chng.it/7rxHHpwX>

Consun posiciona-se contra a deliberação da Fundasp

A sessão ordinária do Conselho Universitário de 30/8 foi tomada quase que exclusivamente pela discussão da deliberação 03/2023 do Conselho de Administração. No início a reitora Maria Amália Andery historiou o processo que levou à promulgação da deliberação. Passo a passo a professora mostrou como a mantenedora optou pela norma danosa aos docentes ingressantes.

Para Maria Amália o ato poderia ter sido evitado se o Conselho Universitário fosse mais propositivo em suas discussões com a mantenedora. Essa concepção foi contestada pela professora Madalena Peixoto, diretora da Faculdade de Educação, que defendeu que a medida viria independentemente de um posicionamento mais propositivo do Conselho Universitário.

A reitora insistiu na informação de que ela, como presidente do Consad, votou contra a deliberação e fez essa atitude constar em ata. Maria Amália informou ainda sobre os documentos que a reitoria recebeu condenando a medida. Entre eles estão as manifestações do Programa de Pós em Serviço Social, dos Conselhos de Faculdade de Ciências Sociais e da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, além dos manifestos das associações representativas do Serviço Social como a Abeps e o Cress.

O pró-reitor de Pós Graduação, Marcio Alves da Fonseca, relatou a reunião do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós que manifestou preocupação quanto à implantação da norma que precariza ain-



O presidente da APROPUC João Batista Teixeira lê no Consun a manifestação da associação

da mais o trabalho docente e dificulta o processo de renovação dos professores da PUC-SP.

A Pró-reitora de Graduação Alexandra Geraldini revelou que, segundo o relato das direções de faculdade, já estão sendo registradas dificuldades na contratação de novos docentes que se afastam da universidade pelo baixo estímulo ao trabalho docente imposto aos novos contratados.

Posição da APROPUC

O presidente da APROPUC, professor João Batista Teixeira, pediu a palavra e relatou o posicionamento das assembleias de professores, funcionários e estudantes que condenaram de maneira unânime a deliberação danosa ao desenvolvimento da universidade. Segundo o documento, “as assembleias realizadas na data de ontem deliberaram, por unanimidade, favoravelmente à revogação imediata da Deliberação 03/2023; manifestaram discordância quanto à censura exigida em notificação extrajudicial por parte da Fundasp; aprovaram a criação de um abaixo-assinado em nível nacional para que a Deliberação 03/2023 seja revogada e apoiaram as

demandas dos funcionários administrativos apresentadas pela presidente da Afapuc”. (veja a íntegra do documento na página 6).

A situação absurda criada pela deliberação cria na universidade uma situação de ilegalidade onde trabalhos iguais são remunerados diferentemente. Hoje, por exemplo, um professor que tem tempo integral precisa ministrar 17 horas-aula. A partir da nova deliberação o docente ingressante terá que ministrar 20 créditos.

Nesse sentido a pró-reitora de Relações Comunitárias, Monica de Melo, levantou a necessidade de se contratar uma consultoria jurídica na universidade para se detectar situações como estas que se configuram ilegais perante a legislação trabalhista.

Vários conselheiros debateram o aspecto de um suposto racismo que envolveu a deliberação. Para a maioria desses conselheiros não se pode acusar a deliberação do Consad de racismo, mas o fato de que os novos professores deverão ser pretos ou pardos, pela adoção das chamadas ações afirmativas, conduzirá inevitavelmente para a precarização em maior escala desse segmento.

Esse também foi o enten-

dimento das associações de professores e funcionários, expresso no jornal PUCviva 1199, judicializado pela Fundasp que enviou um notificação extra-judicial exigindo que as associações retirassem da internet o conteúdo do jornal.

Ao final da sessão os conselheiros encaminharam para a elaboração de um documento que apresente a discordância do Consun em relação à Deliberação 03/2023, porém esse documento não deverá solicitar a revogação imediata do ato, que foi pedida através de diversos documentos e pela assembleia dos três setores, mas reivindicar que a próxima deliberação (que deverá reger os contratos docentes em 2024) exclua os efeitos danosos da 03/2023.

O documento deverá criticar fundamentalmente a quebra da isonomia docente através do estabelecimento de condições desiguais de remuneração para professores de igual desempenho acadêmico. Uma comissão de conselheiros se encarregará de redigir o documento que será exposto aos demais conselheiros, devendo voltar para a aprovação em uma reunião extraordinária do Conselho em 13/09.

Carta aberta da APROPUC ao Consun

Prezada Prof^ª Dr^ª Maria Amalia Pie Abib Andery – Reitora da PUC-SP e Presidente do CONSUN
Prezadas(os) Conselheiras e Conselheiros,

A Apropuc vem informar a este conselho as deliberações das Assembleias que reuniram estudantes, funcionários e professores, realizadas na data de ontem, 29 de agosto de 2023 nos períodos matutino e noturno, motivadas pela Deliberação 03/2023 do Consad na qual os novos professores contratados a partir do dia 13 de julho deste ano terão contratos inferiores quando comparados aos professores contratados anteriormente. A deliberação fere o princípio da isonomia que deve reger os contratos docentes nesta universidade, notadamente em um momento em que este conselho aprovou, no último dia 26 de abril, um conjunto de Ações Afirmativas visando a equiparar o percentual de docentes negros e negras ao da população do município de São Paulo.

Conforme publicado no Jornal PUCViva, edição nº 1199, em que comparou os novos contratos docentes segundo a Deliberação 03/2023 com os contratos anteriores, temos uma per-

da real que chega a atingir 52% do salário, caso o novo professor inicie com 8 aulas (FTD), sendo que o professor com contrato anterior e com as mesmas 8 aulas, teria TP 15. Além disso, os novos contratados terão o cálculo do salário em 4,5 semanas, de acordo com a medida tomada no final de 2022. É importante destacar que essa nova Deliberação também altera a fórmula de cálculo do Fator Trabalho Docente, dos atuais Valor Hora x 1,25, para o novo Valor Hora x 1,05.

Em seu artigo publicado pela ONU - Racial Discrimination and Miscigenation: The Experience in Brazil -, o sociólogo Edward Telles demonstra que “análises econômicas baseadas em um modelo de capital humano revelam que brasileiros pretos e pardos ganham de 20 a 25% menos do que brasileiros brancos de background semelhante, quando idade, experiência profissional, nível educacional, gênero, região, classe econômica e características do mercado de trabalho são considerados”. Não podemos permitir que a PUC-SP contribua para que a situação referenciada por Telles seja instalada. Além disso, a Lei 14.611/23, que regulamenta a igualdade de remuneração para traba-

lho igual e critérios de remuneração entre mulheres e homens, foi recentemente sancionada e acarreta maiores consequências para o empregador caso seja comprovada discriminação por gênero, raça, etnia, origem ou idade.

Logo após o PUCViva divulgar a situação acima descrita na edição 1199, as associações representativas de professores e de funcionários foram notificadas extrajudicialmente com a alegação de que “a veiculação de conteúdo ofensivo, ou inverídico, em detrimento da pessoa, bem assim a imputação falsa a alguém de fato definido apresentam-se de extrema gravidade (...)”. Responderemos à notificação esclarecendo entre outros pontos relativos à precarização do trabalho que, embora não se tenha dito que a FUNDASP tenha adotado o critério racial para a diferenciação salarial, a adoção simultânea das duas políticas – a afirmativa e a de redução dos contratos dos novos professores – traria como resultado uma iniquidade inaceitável. Recebemos então uma segunda notificação extrajudicial que exigia que a edição do PUCViva nº 1199 fosse excluída do site, ou que um conjunto de expressões identificadas na notificação fosse excluída

da matéria. Cabe ressaltar que a Fundação São Paulo jamais solicitou fazer uso do direito de resposta no Jornal PUCViva, bem como não houve nenhuma tentativa de contato com as associações. Também é importante destacar que o desenrolar desses fatos ocorreu durante o período de férias, quando não era possível convocarmos assembleias para informar os demais professores do ocorrido e que a única forma de divulgar a nova deliberação era por meio da publicação do PUCViva.

As assembleias realizadas na data de ontem deliberaram, por unanimidade, favoravelmente à revogação imediata da Deliberação 03/2023; manifestaram discordância quanto à censura exigida em notificação extrajudicial por parte da Fundasp; aprovaram a criação de um abaixo-assinado em nível nacional para que a Deliberação 03/2023 seja revogada e apoiaram as demandas dos funcionários administrativos apresentadas pela presidente da Afapuc. Nesse sentido, solicitamos a este egrégio conselho que se posicione favoravelmente à revogação da Deliberação 03/2023 junto ao Consad.

**Diretoria da Apropuc-sp
São Paulo, 30 de agosto de 2023**

PUC-SP deposita a primeira parcela da diferença salarial

Foi efetuado no dia 31/08 o pagamento da primeira parcela referente aos valores retroativos ao acordo salarial de 2022. Pelo texto assinado entre a Fepesp e o Sindicato das Mantenedoras a diferença deverá ser paga em quatro parcelas nos meses de agosto, outubro, novembro e janeiro de 2024. A diferença de

3,06% referente ao reajuste que seria aplicado em março/2023 será incorporada aos salários na folha de setembro, a ser paga em outubro/2023. O total do abono equivale a 54,98% do salário de março/2022, sendo 13,75% cada parcela, respeitados os demais critérios definidos na CCT, com destaque às

antecipações salariais já concedidas. Link para consulta:

[ComunicadoFepespSemesp.pdf \(sinprosp.org.br\)](https://sinprosp.org.br) Os professores que se desligaram da PUC-SP recentemente devem solicitar o crédito dos valores devidos à DRH.

Os valores que hoje são pagos aos docentes representam de

fato uma vitória da categoria que se mobilizou e conseguiu vencer a intransigência das mantenedoras que propunham inicialmente um acordo muito aquém dos índices inflacionários. Somente a mobilização docente, o estado de greve, fizeram com que os patrões voltassem atrás.

Prezado colega Professor(a)

RENOVAÇÃO ANUAL DA SUA ADESÃO AO QUADRO ASSOCIATIVO DA APROPUC!

AINDA NÃO É ASSOCIADO? ASSOCIE-SE JÁ!

A Fundasp, a partir do novo Acordo Interno de Trabalho 2023/24 celebrado com a APROPUC/SINPRO, exigiu que o desconto associativo do professor em folha só será efetuado quando o docente manifestar sua concordância ANUALMENTE. No atual Acordo Interno, a APROPUC negociou que a manifestação de concordância poderá ser feita com assinatura digital simples, sem a necessidade de reconhecimento de firma. Para isso, acesse e baixe o formulário em www.apropucsp.org.br/ficha-de-associação

e envie para apropuc@uol.com.br. Professores que ainda não são associados, poderão preencher o mesmo formulário para efetuar a sua adesão ao quadro associativo da APROPUC. No último ano, os professores obtiveram ganhos significativos devido a luta da APROPUC contra as investidas da Fundasp para anular os direitos adquiridos dos professores. A diretoria da APROPUC, em constante vigilância e luta, juntamente com os professores reunidos em inúmeras assembleias e com apoio dos funcioná-

rios e estudantes, reverteu a tentativa, por parte da Fundasp, de reduzir o cálculo salarial das atuais 5 semanas para 4,5 semanas. No final do primeiro semestre de 2023, a alteração contratual proposta pela Deliberação do CONSAD 1/2023 que provocaria perdas substanciais ao conjunto dos professores, podendo gerar demissões, foi revertida a partir de pronta ação da APROPUC em conjunto com o SINPRO. Esses ganhos para os atuais professores demandaram altos custos jurídicos e investimentos em comu-

nicação. A sobrevivência financeira da APROPUC está em jogo. Por isso, é fundamental que os docentes se manifestem e se associem.

A luta continua em muitas outras frentes: inserção na carreira, professores demitidos no “limbo”, etarismo e outras.

PROFESSORA/PROFESSOR: RENOVE SUA ADESÃO À APROPUC! ASSOCIE-SE JÁ! Maiores informações poderão ser obtidas pelo tel/WhatsApp: 11-3872 2685.

Diretoria da APROPUC

Ministra Carmen Lucia pede explicações sobre homenagem a Erasmo Dias

A ministra Carmen Lucia, do Supremo Tribunal Federal solicitou explicações ao governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sobre a homenagem aprovada na assembleia legislativa ao coronel Erasmo Dias, responsável pela invasão da PUC-SP, em 1977. O coronel foi homenageado por meio de uma lei, assinada por Tarcísio em junho deste ano, que denomina “Deputado Erasmo Dias”, um entroncamento localizado na região de Paraguaçu Paulista, cidade natal do invasor. A ação foi encaminhada por partidos de

oposição através de uma iniciativa do CA 22 de Agosto da PUC-SP.

A PUC-SP está organizando para o dia 25 deste mês uma cerimônia que rememorar os 46 anos da ação criminosa do então secretário da Segurança Pública de São Paulo, Erasmo Dias, que deixou vários estudantes feridos pela truculência da Polícia de São Paulo. Somente uma concepção neofascista, como a do governador Tarcísio de Freitas e de sua base de apoio, eleito com o apoio de Jair Bolsonaro poderia dar guarida a tal homenagem.

Prossegue no Supremo Tribunal Federal o julgamento sobre o Marco Temporal

Nesta semana prosseguiu no STF o julgamento do Marco Temporal. A ação se refere a uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de reivindicar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

Na quinta-feira, 31/8, votaram os ministros Cristiano Zanin e Luiz Roberto Barroso, consignando seus votos contra a tese defendida principalmente por ruralistas.

Desta maneira o placar, até esta sexta-feira, estava em

quatro votos contra a tese do Marco Temporal e dois a favor. Votaram a favor do Marco os ministros bolsonaristas Nunes Marques e André Mendonça, que representam de maneira inequívoca aquilo que de mais degradante o mundo jurídico produziu.

O voto favorável do ministro Alexandre de Moraes estipula uma indenização para os ruralistas que estiverem em terras destinadas aos indígenas, o que pode gerar uma dívida incalculável à União e inviabilizar a posse para os indígenas, donos legítimos das terras em disputa.